



«O REGADIO POTENCIA O TERRITÓRIO E GERA EMPREGO»

// Pedro Teixeira, Diretor-Geral da Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural fala das prioridades do regadio público em Portugal e da elevada adesão dos agricultores à medida agroambiental Uso Eficiente da Água, a que se candidataram 99 862 hectares.

A área regada diminuiu em Portugal Continental entre 1989 e 2009, (de acordo com os respetivos Censos Agrícolas). Qual é a situação atual?

Entre 1989 e 2009 houve um decréscimo de cerca de 330.000 hectares na área equipada para regar (irrigável) e proporcionalmente um decréscimo da área regada. Os dados relativos a 2013, apurados pelo Inquérito Intercalar às Explorações Agrícolas, apontam para 2 factos: a superfície

agrícola não utilizável é a mais baixa de sempre e a proporção de área regada - 480.000 hectares - em relação à área equipada para regar - 550.000 hectares - é das mais altas de sempre - 87%. Ainda, metade das explorações agrícolas portuguesas regam e os regadios coletivos públicos já representam quase 40 % da área irrigável. São dados que apontam para uma recuperação e uma mobilização do setor do regadio atento o facto de, com a entrada em regadios dos novos blocos de Alqueva, se estima que a área irrigável nacional possa já ascender a cerca de 580.000 ha.

A instalação dos agricultores nas áreas de regadio público ocorre a um ritmo mais lento do que é desejável?

Alguns aproveitamentos hidroagríco-

las têm uma adesão de 100%, enquanto noutros é preciso incentivar os agricultores a aderir ao regadio, é o caso por exemplo, de alguns regadios do Algarve, com área equipada e ainda não aproveitada, apesar das excelentes condições edafoclimáticas da região. No entanto, diria que adesões ao regadio entre 60% a 70%, como temos em média em Portugal (62 % em 2013), são tidas como normais na Europa e no Mundo apesar de, como se disse, haver grandes diferenças a nível nacional e um longo percurso a percorrer.

A Ministra da Agricultura anunciou que as obras do Alqueva estarão finalizadas ainda este ano, disponibilizando 120 mil hectares infra-estruturados para regadio. Acha provável que toda a área de inter

venção do Alqueva esteja ocupada com culturas regadas até 2020?

Espero sinceramente que sim. Está a ser feito um enorme esforço de promoção daquele território e para a rentabilização dos capitais investidos. Há investidores nacionais e estrangeiros a instalar-se com culturas inovadoras como a papoila ou os frutos secos, a colza, os pomares e as hortícolas. Obviamente há uma cultura de agricultura de sequeiro que tem de ser transformada em agricultura de regadio, que exige investimento pesado, mão-de-obra e uma mudança de cultura empresarial. O esquema de tarifário da água tem que ser necessariamente competitivo, mas estou convicto que se operarão mudanças nesse sentido.

O preço da água no Alqueva será competitivo quando se atingir o 7º ano e os agricultores tiverem que pagar a tarifa a 100%?

Ao fim de 7 anos de exploração num determinado bloco de rega o preço da água rondará os 0,10€/m³ em alta e fornecimento sob pressão, dependendo das atualizações. O tarifário está fixado por Despacho, uma rigidez legislativa a que a EDIA não pode escapar. O custo da energia para elevação da água afigura-se como fator determinante. Estão, no entanto, a ser desenvolvidos todos os esforços para baixar o preço da água, porque ele marca o tipo de culturas que temos e teremos no terreno.

Que tipo de culturas vê que possam ser mais viáveis economicamente em Alqueva?

Há áreas a instalar-se com culturas forrageiras, pecuária, fruticultura e horticultura, todos com grandes expectativas. As condições de mercado dos fatores de produção e dos produtos, a escala de produção, as vias de transporte para escoamento dos produtos, as novas soluções tecnológicas e a inovação serão determinantes na capacidade de rentabi-

lização dos investimentos.

Com o aumento da eficiência do regadio o Alqueva tem potencial para maior área regada. Está prevista a expansão da área equipada?

Dos 4200 milhões de m³ de água existente nas albufeiras de Alqueva, apenas 600 milhões de m³ estão concessionados à agricultura. Alqueva tem uma massa de água enorme e à custa da eficiência do uso da água e das culturas que se instalaram comprova-se que o consumo unitário é bastante mais baixo do que indicavam as projeções (estimava-se um consumo anual de 6500 m³/hectare). Com a mesma massa de água, e sem utilizar mais um metro cúbico da restante água retida nas albufeiras, é possível rentabilizar as infraestruturas que já existem, fazendo extensões da rede de rega em áreas de proximidade. É um assunto que está a ser estudado pelo MAM e a EDIA.

365M€ - verba disponível no PDR para investimento em regadio público até 2020**Reabilitar e modernizar os regadios públicos é prioridade na Estratégia para o Regadio Público 2014-2020. Quantos milhões de euros vão ser investidos até 2020 nesta área?**

O PDR2020 prevê, através da medida 3.4- Infraestruturas Coletivas de Regadio, 365 milhões de euros para investir em regadio, drenagem e estruturação fundiária, até 2020.

Que retorno se espera desse investimento para a economia portuguesa?

Espera-se o aumento da competitividade das explorações agrícolas, o aumento da capacidade de combater os efeitos das alterações climáticas, o uso eficiente dos recursos, dos quais destaca a água e o solo. O regadio produz rendimentos 6 a 7 vezes su-

periores ao sequeiro e dá-nos resiliência para o combate às alterações climáticas. O regadio potencia o território e gera emprego. No entanto, hoje em dia temos um regadio a 2 velocidades: um competitivo e moderno e outro – cerca de 80.000 hectares, com infraestruturas degradadas – que é necessário modernizar. Queremos uma gestão ativa do território, da agricultura e dos recursos idêntica para todo o regadio público nacional, o que requer um elevado investimento em reabilitação, modernização e tecnologia, que naturalmente terá que ser acompanhado com formação e um incremento da capacidade de gestão.

A meta do Governo é que a eficiência de uso da água atinja os 65 % em 2020 no setor agrícola. Que medidas estão a ser executadas para atingir esse objetivo?

A água é dos recursos naturais o mais precioso. Todos os agricultores que recebem apoios comunitários são obrigados a cumprir normas que contribuem para a preservação do solo e da água. Por outro lado, o PDR 2020 apenas financia equipamentos de rega que permitam ganhos no uso eficiente da água. Ainda, a Estratégia para o Regadio Público 2014-2020, em articulação com os Planos de Gestão de Região Hidrográfica, o Plano Nacional da Água ou outros instrumentos de gestão do território e dos recursos, vinculam os privados e administração no cumprimento destes objetivos.

A ação 7.5 -Uso Eficiente da Água, uma das medidas agroambientais do PDR, estabelece apoios para os regantes que poupem no mínimo 7,5% no consumo anual de rega em relação aos valores de referência. Porquê esta meta?

Os 7,5% foram impostos pela Comissão Europeia a poucos dias do fecho do QCA, é uma forte alteração ao que se pretendia inicialmente e veio obri-

gar a uma complexidade acrescida da medida para além de, em minha opinião, ter invertido a filosofia da própria agroambiental. No entanto, a ação 7.5 é um sinal claro de que a agricultura portuguesa quer contribuir ativamente para o uso eficiente da água, regando bem, aplicando bem os agroquímicos e usando equipamentos eficientes, os agricultores vão sujeitar-se a ser monitorizados para provar que o conseguem. É um estímulo do Estado à adesão a uma medida de utilidade pública.

As candidaturas às medidas Agroambientais encerraram a 29 de Maio e terão existido, de acordo com as nossas fontes, perto de 2 milhões de hectares candidatados, dos quais cerca de 100.000 hectares à ação 7.5, esta com cerca de 1300 candidaturas? Pode confirmar estes números? Como os classifica?

Apontam, a confirmar-se, para uma grande mobilização e uma adesão fortíssima por parte do setor do regadio, correspondendo ao “desafio” que lhes foi lançado através desta agroambiental. São naturalmente números provisórios e devem ser lidos com prudência, pelo que deveremos aguardar o devido tratamento da informação por parte do IFAP.

Qual a dotação financeira prevista no PDR 2020 para a ação 7.5 Uso Eficiente da Água?

A dotação é de 11,2 milhões de euros até 2020.

Podemos dizer que face ao número de hectares candidatos, os 11,2 milhões de euros destinados à ação 7.5 se esgotarão neste 1º concurso?

Aguardemos o apuramento dos resultados definitivos pelo IFAP e a análise da Autoridade de Gestão do PDR2020, após o que seguramente o MAM não deixará de reagir, com as medidas tidas como necessárias.

Quais os subsectores agrícolas em que houve maior adesão a esta medida agroambiental?

O setor dos cereais de regadio ou das culturas permanentes como os olivais e pomares são sérios candidatos à Medida. É ainda de supor uma maior adesão por parte das explorações agrícolas de maior dimensão. Veja-se que uma maior dimensão da área de regadio candidatada permitirá suportar mais facilmente os investimentos que se mostrem necessários para aderir à medida, assim como custear as necessárias visitas de inspeção e de reconhecimento. Teremos igualmente um efeito de maior escala.

Os apoios previstos por hectare são suficientemente apelativos para levar os agricultores a candidatar-se?

Os apoios variaram entre os 26 € / ha (regante B, culturas anuais de regadio, escalão de mais de 150 ha) e os 220 € / ha (Regante classe A, hortícolas, escalão < 5 ha) conforme a cultura e a classe de área, já que os apoios são degressivos de acordo com escalões de área. Falamos em média, num cálculo grosseiro, de cerca de 100-120€/hectare (sem incluir majorações ou reduções previstas na lei). Por acharmos que os apoios são justos e compensadores, esperávamos desde logo uma adesão elevada à medida. Com isto vamos dar um sinal a Bruxelas de que estamos a fazer um esforço e queremos mostrar como se usa bem a água. Independentemente de concorrer aos apoios, o agricultor pode obter o reconhecimento de Regante de Classe A ou Classe B e usar esta “certificação” num esquema de qualidade ou colocar um rótulo no seu produto onde afirma que é um regante eficiente. A figura do apoio é separada da figura do reconhecimento do regante.

Como funciona o reconhecimento do Regante?

As entidades reconhecedoras de re-

gantes, autenticadas pela DGADR, realizam visitas de inspeção e de reconhecimento às explorações agrícolas para verificação dos equipamentos de rega e, dos equipamentos de bombagem efetuando os necessários ensaios e verificações que garantam a sua eficiência no uso da água e da energia, de acordo com normas técnicas definidas e publicadas pela DGADR. De igual modo, se exige que o agricultor mantenha um registo das regas e das operações culturais (calendário de rega, “caderno de campo”, plano de fertilização, análises de terra e água, etc). O consumo de água deve ser monitorizado através de contador e a rega deve ser conduzida com base em informação agrometeorológicas (tipo de solo, precipitação, evapotranspiração, etc), com apoio de instrumentos de medição da humidade do solo, no caso dos regantes da classe A. Enquanto a visita de inspeção (ao 1º, 3º e 5º ano) requer a verificação física e ensaios, a visita de reconhecimento, que pode ocorrer no mesmo dia e ser efetuada pela mesma entidade (desde que habilitada), faz uma verificação das condições de atribuição ou revalidação do título (todos os anos). O agricultor assume um compromisso durante 5 anos um função do qual recebe o apoio.

«Os agricultores vão ter poupanças significativas em água e energia, vão melhorar a sua conta de cultura e vão ter mais lucro»

Onde devem dirigir-se os agricultores para ser reconhecidos como Regantes?

Os agricultores devem escolher uma das entidades reconhecedoras de regantes, devidamente autenticadas pela DGADR e divulgadas em www.dgadr.mamaot.pt, e fazer com ela um contrato para realização das

visitas de inspeção e de reconhecimento. Após a visita de inspeção, e sendo detetadas não conformidades com as regras estabelecidas, a entidade pode determinar alterações e o prazo para as executar e marca uma segunda visita. É semelhante ao esquema da inspeção automóvel, numa comparação livre. Após a inspeção, poderá ser efetuado o reconhecimento como regante da classe A ou B, conforme pretendido.

Qual a diferença entre o regante de Classe A e de Classe B?

O regante de Classe A, para além de todos os compromissos exigidos para a classe B, tem ainda que usar equipamentos de medição do teor de humidade no solo (como as sondas), que permitem aferir no terreno se as dotações de água de rega são as adequadas em função das necessidades das plantas. Regar melhor implica uma sinergia num conjunto de inputs da conta de cultura – água, energia, fertilizantes – cujo custo vai baixar.

Acredita que esta medida vai ajudar a revolucionar a forma como se rega em Portugal?

Como já referi anteriormente, temos um regadio a 2 tempos, um evoluidíssimo, praticado por agricultores muito competitivos, conscientes de que só afinando a conta de cultura ao máximo é que conseguem obter rentabilidade em certas culturas. Por outro lado, ainda há muitos agricultores que regam de forma ineficiente, seja por não fazerem as contas de cultura e não avaliarem o custo da água e da energia, seja por falta de formação, seja por possuírem infraestruturas de rega velhas ou degradadas. Não tenho dúvida que os agricultores que adotarem todas as práticas que são compromissos na ação 7.5 vão ter poupanças significativas em água e em energia, dosear melhor os fertilizantes, vão melhorar a sua conta de cultura e vão ter mais lucro. O investimento em sondas e contadores será

compensado pelo apoio agroambiental. Se generalizarmos esta forma de gerir a rega estamos a dar um sinal à Sociedade do compromisso dos agricultores com o Ambiente.

2015 é o Ano Internacional dos Solos, declarado pela FAO. Qual o impacto que a medida 7.5 poderá ter na utilização sustentável dos nossos solos?

A medida 7.5 permite poupar o recurso água, contrariando fenómenos de poluição dos aquíferos e de erosão hídrica dos solos, que em regra acontecem por más práticas.

Qual é estado dos solos portugueses?

A Reserva Agrícola Nacional, ou seja, os nossos melhores solos, ronda 1,1 milhões de hectares, o que equivale a pouco menos de 1/3 da Superfície Agrícola Utilizável (3,6 milhões de hectares). Em geral, não temos gran-

de abundância de bons solos, no entanto temos aprendido a tomar conta dos nossos solos através da boa prática agrícola e florestal. Um estudo recente da Universidade de Almeria, encomendado pela Comissão Nacional de Combate à Desertificação, conclui que o estado dos solos portugueses melhorou nos últimos anos em termos de riscos como a exposição à erosão, os níveis de matéria orgânica ou a compactação.

Sabemos o suficiente sobre os nossos solos para os gerir de forma sustentável?

Embora existindo especialistas e imenso trabalho feito, há alguma dispersão de informação a nível cartográfico e de informação de apoio à decisão. É necessário aglutinar informação sobre monitorização do solo e sistematizar o conhecimento que as diversas entidades públicas e privadas produzem sobre os solos. •



Ao fim de 7 anos de exploração o preço da água rondará os 0,10€/m³ no Alqueva

Foto: EDIA